

## Inflexão na política econômica?

Artigos de Dercio Garcia Munhoz, Luiz Fernando de Paula e Roberto Luis Troster discutem se houve alguma mudança importante na política econômica brasileira durante o governo Dilma, em relação às administrações passadas.



**Occupy Wall Street, sob a ótica de Argemiro Pertence; resenha de China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado; FPO destrincha o orçamento da cultura no Rio.**

## Editorial

## Inflexão na política econômica de Dilma?

■ O primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff chega ao fim e já há massa crítica para identificar as principais diretrizes desta administração. No campo econômico, nosso foco de estudo, a recente trajetória de queda da taxa básica de juros, a Selic, nos inspirou a formular o tema central desta edição do JE: Houve alguma inflexão importante na política econômica durante o governo Dilma?

Dercio Garcia Munhoz, ex-presidente do Conselho Federal de Economia, afirma em artigo que não identifica mudanças relevantes e critica o Banco Central por tabelar sem pudor a remuneração do capital financeiro. Dercio alerta para a dependência da China e outras fragilidades da economia brasileira, como o endividamento das famílias e do Estado, o impacto do câmbio na indústria e a baixa capacidade de investimento do governo.

Luiz Fernando de Paula, presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), aponta em seu artigo que houve certa flexibilização na política econômica na gestão Mantega/Tombini, com gradual afrouxamento da política monetária a partir do final de agosto. Ele acrescenta que, para enfrentar o cenário de desaceleração, o governo deve aumentar os investimentos públicos e adotar medidas para reverter o câmbio apreciado.

Roberto Luis Troster, consultor e ex-economista chefe da Febraban, no terceiro e último artigo do bloco temático, caracteriza a atual política econômica brasileira como anacrônica. Segundo ele, o país vive um quadro que não é alarmante, mas exige mudanças.

Na sequência da edição, Argemiro Pertence, comentarista internacional do Programa Faixa Livre, contextualiza o *Occupy Wall Street*, que ele caracteriza como um movimento de resistência, cujo foco está na contestação da relação promíscua entre o capitalismo financeiro e o poder político.

Esta edição traz ainda a resenha do livro *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*, de Elias Jabbour, um especialista sobre o gigante asiático.

O FPO detalha o orçamento da cultura no Município e Estado do Rio de Janeiro, assim como os valores das renúncias fiscais via as leis de incentivo do ISS e do ICMS.

## SUMÁRIO

- 3 Inflexão?  
Dercio Garcia Munhoz  
**Economia brasileira – a difícil busca de novos caminhos**
- 5 Inflexão?  
Luiz Fernando de Paula  
**Uma janela de oportunidade?**
- 7 Inflexão?  
Roberto Luis Troster  
**Houve alguma inflexão importante na política econômica durante o governo Dilma?**
- 9 Mobilização  
Argemiro Pertence  
**Occupy Wall Street - uma luz no fim do túnel?**
- 11 Resenha  
Armen Mamigonian  
**China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado**
- 12 Prêmio de Monografia  
Bárbara Maciel Costa  
**O Programa Bolsa Família e os seus efeitos para as políticas sociais no Brasil**
- 14 Fórum Popular do Orçamento  
**A morte da cultura**
- 16 O Corecon-RJ parabeniza os alunos aprovados prova da Anpec em 2010  
**Agenda de cursos**  
**Resultado da seleção de professores para os cursos do Corecon-RJ**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

**Telefax:** (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

**Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)

**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# Economia brasileira – a difícil busca de novos caminhos

■ Dercio Garcia Munhoz\*

**R**ever a evolução da economia brasileira das últimas décadas provoca sempre inquietações, pois leva a indagações sobre quando, afinal, o Brasil vai acordar da longa letargia, buscando livrar-se das amarras, mais fisiológicas que ideológicas, em que se viu envolvido desde que lançado nos braços de um capitalismo financeiro altamente predador. Cujos defensores, com claros interesses entrelaçados, forte esquema de promoção e sustentação junto à mídia, infiltraram-se em todos os níveis da vida nacional, insinuando-se inclusive nas universidades, na chamada academia, no objetivo maior de, em nome do liberalismo, isolar os “hereses” e impor o pensamento único.

A nova era, com o retorno triunfante do *laissez-faire* como porta-bandeira da desregulamentação dos mercados financeiros, se dá em meados dos anos 80. Coincidentemente quando os bancos que no Eуроmoedas financiavam os desequilíbrios do petróleo, com a quebra dos devedores, se viram privados de grande parte dos clientes cativos. Fundiram-se, então, com a remoção das regras, os mercados nacionais e internacionais, e a concorrência acirrada transformou o mundo financeiro num campo de batalha. Novas instituições bancárias e não bancárias, novas operações divorciadas da economia real, expansão desmedida de empréstimos imobiliários, au-

sência quase que total do Estado regulador.

O Brasil se viu envolvido nesse vendaval na segunda metade da década de 80, quando ficou sob intensas pressões externas em razão da dívida que assumira como ator passivo no esquema de transferência da conta petróleo do centro consumidor para a periferia desavisada. E talvez o primeiro sinal marcante de que nos novos tempos o poder de fato mudava de mãos se presenciou quando, já no final da década, um ministro, que gastava fortunas premiando com os altos juros o capital financeiro, desautorizava publicamente o presidente, negando-lhe a pretensão de alocar no orçamento pequena verba nas obras de ferrovia estratégica.

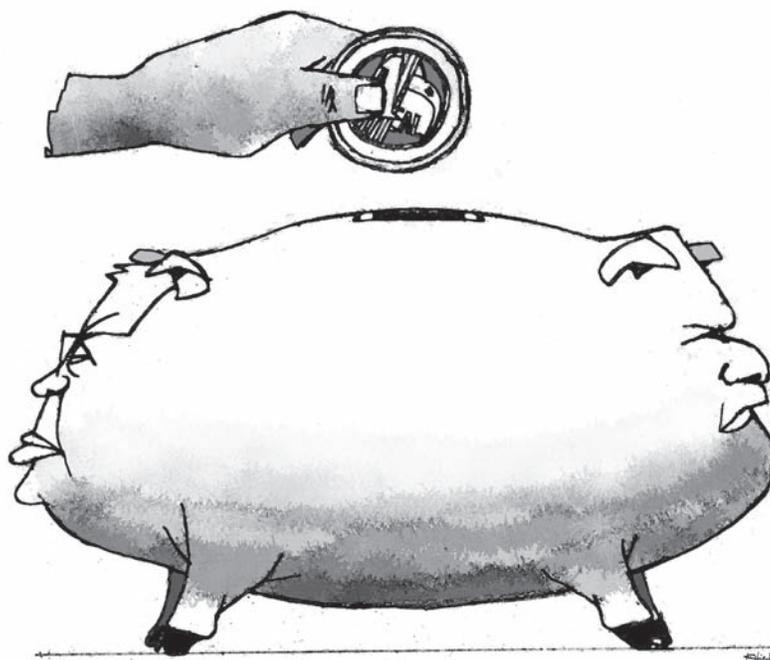
As etapas seguintes são mais claras. A remoção da politi-

ca de câmbio administrado de 1968, responsável pela expansão comercial do Brasil nas décadas seguintes, para dar lugar ainda nos anos 80 a um regime onde o câmbio flutuasse ao sabor do mercado. A revogação, iniciada a nova década, das regras de controle do ingresso de capitais de curto prazo, abrindo o país aos fluxos especulativos, no avanço para desconstruir o Estado.

O Plano Real, com formulação inovadora vis-à-vis seus ingênuos precedentes, e lógica impecável, estabilizou a moeda com o recurso às âncoras salarial e cambial, arbitrando perdas supostamente temporárias. Todavia, sob os cânticos do liberalismo foi esquecido que, mantidos sacrificados salários e câmbio, estariam amputadas ambas as fontes de demanda, internas e externas, sem

as quais não haveria investimentos privados, nem empregos, nem crescimento econômico. E assim navegamos por mares incertos até os primeiros anos do milênio, mudando o comando político sem mudar a economia, e quando fugiam as esperanças avistamos um porto aparentemente seguro: o dragão chinês, que oxigenaria a economia brasileira com uma torrente de dólares, fruto da demanda intensa pela soja e pelo minério de ferro.

Passado o período de serpenteio da economia – acompanhando a queda mundial no final de 2008 e a recuperação em 2010 – o Brasil termina a primeira década do milênio ancorado num intenso fluxo de capitais especulativos, atraídos por taxas de juros cujos encargos nem o aumento contínuo da carga tributária permite ao Tesouro pagar. Com a indústria travada por uma taxa de câmbio irreal, manipulada ao sabor do mercado para maximizar os ganhos do capital financeiro. Os produtos estrangeiros subsidiados pelo câmbio festejados porque ajudam a segurar a inflação, desprezando-se o fato de que ingressam a preços arrasadores, deslocando uma indefesa indústria nacional. E toda a nação torcendo ansiosa para que a China mantenha o nível de demanda de commodities e consequentemente seus preços elevados, pois sem isso as perspectivas de aumento do endividamento externo e da fuga de capitais seriam riscos permanentes.



## É forçoso que o Brasil rearticule instrumentos de defesa da economia

O novo governo tem procurado conter a sanha do Banco Central, que se aproveita da condição de independência de fato para tabelar sem pudor a remuneração do capital financeiro, garantindo ganhos reais anualizados, livres de impostos, que levariam uma década para serem obtidos em mercados alternativos. Tudo através do artifício da Selic, apresentada como instrumento de controle de liquidez – o que legitimaria a ação do BC – mas que, de fato, constitui apenas uma forma sutil de assegurar correção monetária na remuneração dos títulos do governo.

Mas as intenções do governo não bastam. O Banco Central aparenta resistir às pressões do mercado quando mantém a taxa Selic em 11% ao ano; mas o fato é que esse rendimento representa uma aberração face uma inflação próxima de 7%.

Ao se clamar aquilo que seria timidez do governo ao não intervir de forma mais decisiva na gestão da economia, caberia perguntar, então, sobre o que efetivamente poderia ser feito; relevante mesmo quando se anuncia aos quatro ventos a redenção de milhões de famílias que, unidas pelos deuses, teriam tido um ingresso triunfante na classe média. Como se pouco mais de mil reais de renda mensal familiar permitisse a alguém algo além da sobrevivência.

O sentimento de quem tem a preocupação de avaliar o que vai pela economia brasileira e o que corrigir, quando as incertezas rondam a economia mundial, obriga a colocar em dis-

cussão algumas questões que parecem essenciais:

a) a economia brasileira é frágil internamente porque o que sustentou a demanda a partir de 2004 não foi o crescimento da renda das famílias que dependem do trabalho – o que significaria rendas permanentes e estabilidade no arranque – mas sim a conjugação de outros fatores: o endividamento das famílias; o crescimento de rendas não permanentes ligadas à intermediação finan-



ceira e em clima de especulação; e ainda o esquecido “efeito riqueza” – o aumento das despesas das famílias de rendas mais elevadas associado à valorização de imóveis e dos preços das ações;

b) a economia brasileira é frágil externamente uma vez que o câmbio valorizado vem arrasando a competitividade da indústria – que se mantém estagnada em níveis inferiores aos de 2008 – fazendo o país retornar à condição de economia primário-exportadora que superara há várias décadas; frágil porque, ainda assim, manter as receitas de exportação, suportadas na dupla minério de ferro/soja, depende do vigor da economia chi-

nese; frágil porque a taxa de câmbio vagueia ao sabor dos interesses do capital especulativo, e sua valorização é a arma principal de contenção artificial da inflação;

c) a economia brasileira é financeiramente frágil porque acumulou reservas lastreadas em voláteis capitais de terceiros; frágil porque os aplicadores externos, além das remessas de lucros, acumularam haveres financeiros no Brasil, em grande parte com ganhos em investimentos de carteira, que superavam US\$ 650 bilhões ao final de 2010; frágil porque, além de tudo, a dívida bruta externa (de US\$ 400 bilhões), ultrapassava as reservas internacionais;

d) a economia brasileira é frágil no que toca às finanças públicas, dado o volume da dívida bruta do Tesouro - R\$ 2 trilhões (já deduzidos R\$ 400 bilhões de títulos emitidos para reforço de caixa); pelo montante dos encargos financeiros da dívida interna federal – R\$ 250 bilhões anuais; pelos dispêndios anuais – estimados em R\$ 40 bilhões, no diferencial de juros para manter reservas internacionais sustentadas por capitais de terceiros;

e) o governo tem a sua capacidade de investimentos exaurida tanto pelo esforço fiscal para pagar os juros da dívida pública como pelas perdas do Tesouro ao destinar ao BC – verdadeiro subsídio sem registro na execução orçamentária – o valor das emissões monetárias e ainda os ganhos com a aplicação do meio circulante – aproximadamente R\$ 28 bilhões em 2009 e R\$ 35 bilhões em 2010;

f) o governo não tem como controlar vazamentos fiscais a fim de reordenar as finanças públicas, porque na execução orçamentária os demonstrati-

vos só listam valores acima da linha – parando em superávits primários; omitindo os valores abaixo da linha – receitas e despesas financeiras –; mantendo uma intocável caixa preta. Com o agravante de que no governo anterior o BC foi autorizado a omitir em seus balanços, debitando diretamente o Tesouro ou suas próprias contas, perdas financeiras várias, inclusive aquelas decorrentes de variações cambiais.

Diante de tais impropriedades, pouco importam mudanças sutis no tocante ao câmbio ou às metas de inflação – instrumentos de efeitos mortíferos sobre a atividade econômica. Basta ver que grande parte das economias da Zona do Euro já vinha agonizando exatamente pela absoluta irracionalidade dos regimes de câmbio fixo (implícito na moeda única) e de metas de inflação fixadas para a missão impossível de garantir a sobrevivência do Euro; pois daí decorrem medidas restritivas quase que automáticas, que fazem das economias europeias algo assemelhado aos pássaros abatidos ao alçar voo sob permanente mira dos caçadores.

É o fruto amargo da supremacia da insensatez da tecnoburocracia europeia – sustentada na independência dos bancos centrais – que custa entender sua inútil tentativa de reanimar um natimorto – uma moeda única circulando em ambientes com pares tão díspares em termos de estruturas econômicas, escalas de produção e capacidade de inovações tecnológicas.

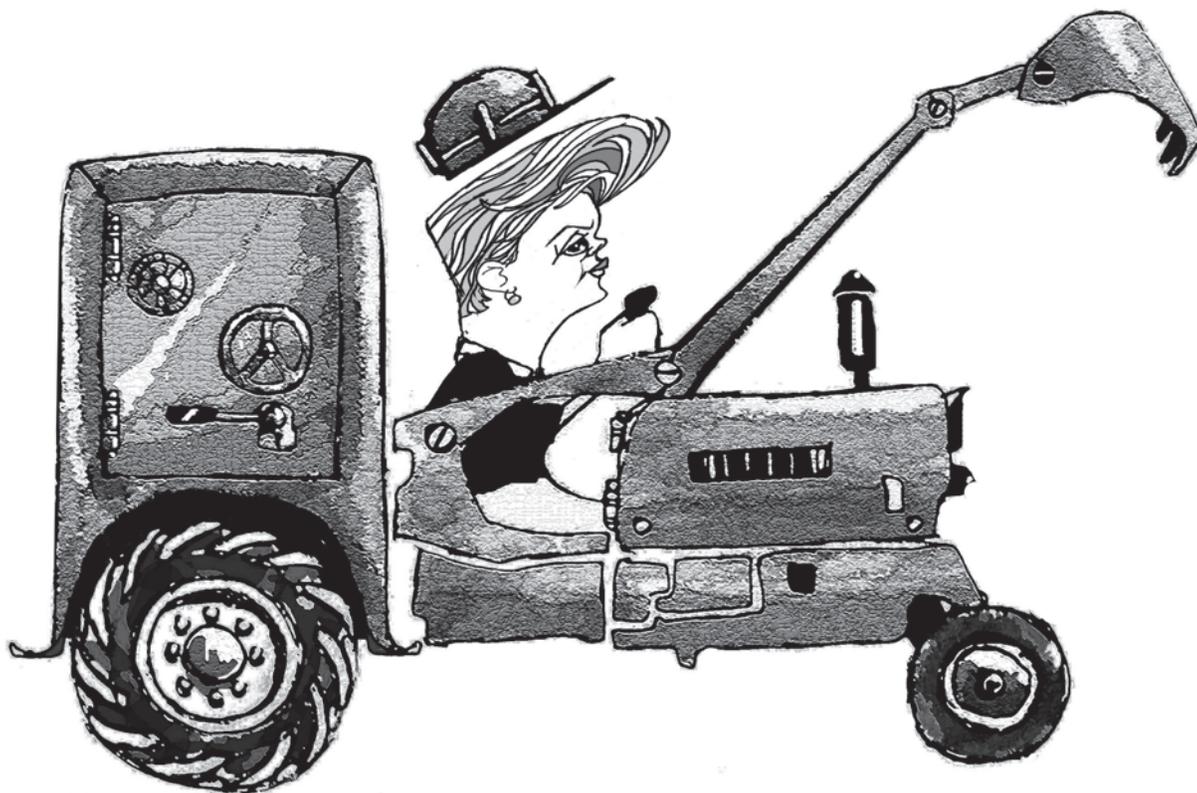
\* Dercio Garcia Munhoz é economista e foi professor titular do Departamento de Economia da UnB até 1996 e presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Superior da Previdência Social.

# Uma janela de oportunidade?

■ Luiz Fernando de Paula\*

Keynes, em seu artigo “O fim do *laissez-faire*”, chamou a atenção para o fato de que o principal desafio do *policy maker* é saber fazer a distinção entre “agenda de governo” e a “não-agenda”. O tamanho ideal da unidade de controle e organização da sociedade estaria em algum ponto entre o indivíduo e o Estado moderno, devendo assim haver uma complementaridade entre Estado e mercado na economia. Para Keynes, a simples interação entre os agentes no mercado não tem capacidade de promover o pleno emprego e maior igualdade. Isto porque a economia de mercado, sujeita a incertezas e na ausência de um mecanismo de coordenação nas ações dos agentes “maximizadores”, tende a gerar instabilidade e resultados desapontadores, não criando o nível de demanda agregada consistente com o pleno emprego.

Neste contexto, a política keynesiana está relacionada a políticas que objetivam criar um ambiente estável que estimule os empresários a efetuarem novos investimentos – isto é, deve criar um ambiente seguro que estimule os empresários a fazerem escolhas mais arriscadas – mas que gerem lucros e mais empregos – ao invés de acumularem ativos líquidos. Deve-se considerar que a política de juros tem importante impacto sobre a taxa de acumulação da economia e, portanto, sobre a trajetória de longo prazo da economia, e que a política fiscal



é um instrumento anticíclico poderoso, mas a longo prazo – sustentava Keynes – o orçamento fiscal deve estar equilibrado. No que se refere à política cambial, a estabilidade da taxa de câmbio é fundamental para a tomada de decisões empresariais, sendo que, em uma economia globalizada, taxa de câmbio e taxa de juros são dois preços básicos fundamentais na formação do cálculo empresarial.

Desde 1999, o Brasil vem adotando um modelo de política econômica inspirado no “Novo Consenso em Macroeconomia”: câmbio flexível, regime de metas de inflação e metas de superávit fiscal primário. Neste modelo, a política fiscal está subordinada à política monetária, sendo que o principal objetivo da política econômica é a estabilidade

de preços, já que o crescimento do produto e do emprego é visto como um fenômeno puramente do lado da oferta, e a inflação como um fenômeno essencialmente de demanda, pressupostos que são questionáveis do ponto de vista keynesiano. Ademais, já ao final dos anos 1990 vigorava uma situação de conversibilidade *de facto* da conta capital, já que o Brasil havia avançado fortemente no processo de liberalização financeira. Deve-se ressaltar, contudo, que este não é o único regime de política macroeconômica existente: China e Índia, dois países com crescimento vigoroso nos últimos 20 anos, utilizam outro regime de política macroeconômica, com conversibilidade restrita da conta capital, câmbio administrado e sem adotar um regime de metas de inflação.

A partir de 1999, a economia brasileira passou por dois momentos distintos: forte instabilidade em 1999/2003, marcado por vários choques externos, e 1994/2010 (PIB médio de 4,4%), com crescimento puxado inicialmente pelo boom de commodities e depois pelo consumo (estimulado pelo forte crescimento no crédito) e investimento doméstico. Inicialmente na gestão Palocci/Meirelles adotou-se uma política ortodoxa com manutenção de juros e superávits primários elevados. Já na gestão Manteiga/Meirelles, não se mudou o perfil da política, mas algumas iniciativas importantes foram tomadas para reduzir a vulnerabilidade externa, como a política de acumulação de reservas (de US\$ 60 bilhões em 2006 para cerca de US\$ 200 bilhões em 2008) e redução na dívida ex-

terna pública (10,2% do PIB em 2004 para 4,4% em 2008). Consequentemente, houve uma redução na razão dívida líquida do setor público externa sobre o PIB, que passou de uma posição passiva equivalente a 15% do PIB em 2002 para uma posição ativa de cerca de 10% do PIB em 2007.

Face ao contágio da crise do Lehman Brothers, o governo pôde responder com políticas anticíclicas – em especial com política fiscal expansionista e expansão do crédito dos bancos públicos. Com uma posição ativa em dólares, pela primeira vez o governo não foi “obrigado” a responder à desvalorização cambial com elevação na taxa de juros e no superávit primário fiscal, ou seja, fazendo política contracionista em momento de desaceleração. A nota destoante foi a manutenção de juros elevados até o final de 2008 pelo BCB, o que acabou gerando uma desnecessária recessão, ainda que curta, ao longo de 2009. Como disse Miriam Leitão, criticando uma entrevista do Meirelles em que dizia que não sabia o tamanho do tombo que viria a frente, o que se espera de um banqueiro central é justamente discernimento de olhar para frente e assim antecipar eventos.

Uma vez enfrentada a crise, o governo perdeu duas janelas de oportunidades que poderiam ajudar a política econômica mais à frente: (i) poderia ter reduzido de forma mais acentuada a taxa de juros em 2009, aproximando-a de um padrão mais normal; (ii) ao invés de adotar uma política fiscal expansionista em 2010 (via custeio), poderia melhorar a situação fiscal, abrindo espaço para melhorar o perfil da dívida pública e fazer política anti-

cíclica mais à frente.

O Governo Dilma se defrontou com um contexto internacional problemático: a combinação entre aumento nos preços das commodities com uma mudança na cesta de consumo face ao aumento da participação dos produtos não-comercializáveis resultou em uma aceleração inflacionária ao longo do ano. No mais, em que pese a piora no cenário internacional, os fluxos de capitais, em função do diferencial de juros, vieram abundantemente para o Brasil, agravando o problema da apreciação cambial. Visto sob a ótica de vários indicadores (exportações, valor agregado, etc.), os sinais de desindustrialização ficaram ainda mais evidentes: as indústrias passaram a importar fortemente insumos do exterior, tornando-se similares às “maquiladoras” mexicanas.

Procurando arrefecer a entrada abundante de capitais, o governo aumentou o IOF sobre entrada de capitais (renda fixa e variável) de 2% para 6% em outubro de 2010, e ao final de julho de 2011 estabeleceu uma taxa de 25% sobre operações com derivativos de câmbio. Com vistas a arrefecer o crescimento do consumo, o governo adotou em dezembro de 2010 um conjunto de medidas macroprudenciais visando à redução de prazos e desaceleração do crescimento do crédito ao consumidor (veículos e pessoal). Os controles de capitais contribuíram para arrefecer o fluxo de capitais, mas não foram suficientes para reverter a apreciação cambial nem evitar a volatilidade cambial. Já as medidas macroprudenciais contribuíram para desacelerar o crescimento do crédito das famílias.

Recentemente, o governo anunciou uma mudança



no mix da política econômica, combinando fortalecimento da situação fiscal (superávits de 3% do PIB) com gradual afrouxamento da política monetária (a partir de final de agosto), em meio à grita geral dos “falcões de mercado”, que diziam que o regime de metas estava sendo abandonado. O cenário Tombini de agravamento da crise internacional e de desaceleração doméstica acabou se confirmando, e o BC evitou assim aprofundar ainda mais a desaceleração. Como se disse, o que se espera de um banqueiro central é justamente capacidade de discernimento em cenários nebulosos.

Enfim, houve certa flexibilização na política econômica na gestão Mantega/Tombini, devendo em particular ser destacada a melhor coordenação de políticas entre Ministério da Fazenda e BC. Alguns desafios mais imediatos se colocam. Em primeiro lugar, deve-se aproveitar o cenário de redução da taxa de juros para promover uma mudança maior no perfil da dívida pública, já que cerca de 30% são ainda indexados à Selic, visando acabar com esta “jabuticaba”. A existência de LFTs entope os canais

de transmissão da política monetária (ao gerar um efeito riqueza inverso) e não permite a formação de uma curva normal de rendimentos face à predominância da lógica do *overnight*. Ainda que isto gere um custo fiscal (o Tesouro ganha agora com os efeitos da redução dos juros sobre as LFTs), é fundamental que se aproveite esta janela de oportunidade para termos uma estrutura de dívida mais saudável. Adicionalmente, será necessário revisar a remuneração da caderneta de poupança, que impõe um piso para a queda na taxa de juros, passando a ser remunerada a condições de mercado. Em segundo lugar, há sinais de que a taxa de investimento está se desacelerando – caiu para 17,8% no 2º trimestre de 2011, e tem se mantido em baixa ao longo do 2º semestre do ano. Junto com a desaceleração no consumo, a perspectiva é de um semestre de estagnação. Para enfrentar o cenário de desaceleração, o governo deverá combinar redução nos juros, medidas mais efetivas para reverter a tendência ao câmbio apreciado (com controles de capitais mais apertados) e crescimento nos investimentos públicos. O Brasil não tem a capacidade da China de responder um aprofundamento da crise com um fortíssimo aumento na taxa de acumulação, mas poderá estimular Petrobras e Eletrobras a desenvolver seus planos de investimento, usando o investimento autônomo de forma contracíclica. Enfim, há uma ampla agenda para ser enfrentada.

\* Luiz Fernando de Paula é professor titular da FCE/Uerj e presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). O autor expressa os seus pontos de vista em caráter pessoal.

# Houve alguma inflexão importante na política econômica durante o governo Dilma?

■ Roberto Luis Troster\*

**S**im. As rosas caem, os espinhos ficam.

O Brasil é um país-continente de riquezas naturais enormes, tem um quadro político estável e um capital humano extraordinário. Para complementar, está recebendo investimentos estrangeiros vultosos e tem uma nova fonte de riqueza no pré-sal – ou seja, possui as condições necessárias para apresentar um crescimento expressivo, todavia surpreende pela mediocridade do resultado. As expectativas de crescimento para este ano e o próximo se mostraram declinantes ao longo do ano. A razão é o encurtamento dos horizontes e o anacronismo da política econômica.

Outros países, com um potencial menor, têm apresentado uma performance bem melhor. Os exemplos do Chile e da Colômbia ilustram o ponto. Há quem culpe fatores externos pelas nossas dificuldades. Mas esses são fatores que afetam os demais países também.

É fato que existem pontos positivos na atuação da equipe econômica, mas na média estamos andando de lado, a nossa participação no PIB mundial está estagnada. Os nossos horizontes temporais encurtaram muito. A título ilustrativo, enquanto nos anos 1970 foram publicados os livros *Brasil 2001* e *Brasil 2002*,

mostrando uma preocupação com o futuro, hoje pouco se fala nas transformações do Brasil em 2022, apesar de estarmos na véspera do bicentenário do Brasil.

O nosso orçamento público é míope. Aumenta-se a receita do governo, mas gasta-se mal. O orçamento da união para 2012 é um exemplo dessa miopia, pois aloca muito mais para cobrir o rombo da Previdência (resultado de comportamentos passados inconsequentes) e apenas uma fração na Educação (capital humano para o desenvolvimento futuro).

Pagam-se muitos dos custos da globalização e não se usu-

frui de todos os seus proveitos. A lista de exemplos é extensa. Apesar das nossas belezas naturais e da diversidade cultural, o país é deficitário em turismo. Por outro lado, o viajante brasileiro é o terceiro que mais gastou em 2010 nos Estados Unidos. A questão é que nossa inserção no novo arranjo internacional é muito improvisada, numa globalização cada vez mais competitiva. Foca-se muito em crescer um pouco mais no curto prazo sem mediar as consequências no longo.

O tripé, base da política macroeconômica desde 1999, objetiva um círculo virtuoso entre seus instrumentos. Os superávits fiscais comprimem os juros e permitem um câmbio mais depreciado, o que impulsiona o crescimento e a arrecadação tributária, sem pressionar a inflação, facilitando o desempenho orçamentário e criando condições para o desenvolvimento.

Está havendo uma perda de virtuosidade e os três pilares, em vez de se reforçarem, estão enfraquecendo uns aos outros e drenando cada vez mais recursos para se sustentarem. A dinâmica financeira está aos poucos asfixiando o setor produtivo e limitando o crescimento do país.

A política de aumentar as reservas internacionais é duplamente perversa; por um lado, à medida que aumenta o estoque de dólares, ao contrário dos anúncios, o preço da moeda norte-americana cai mais, prejudicando a indústria brasileira, e por outro, a política é financiada com títulos públicos,



gerando uma despesa líquida de dezenas de bilhões de reais ao ano.

Em política monetária vive-se a reintrodução do populismo inflacionário, uma experiência em três etapas. Na primeira, com os preços subindo mais rapidamente, há uma queda artificial dos juros, uma redução dos salários reais, do aumento de margens das empresas e de mais empregos e mais lucros – é a fase atual, a da satisfação. A segunda etapa começa com a disputa pela recuperação da remuneração



dos trabalhadores e do aumento da pressão dos preços, com a economia mais vulnerável a choques de oferta. Termina na terceira, que é a de juros mais altos e menos crescimento, a da amargura. Resumidamente, troca-se crescer um pouco a mais no presente por bem menos no futuro. Também é conhecido como miopia inflacionária ou ilusão de crescimento.

Há dezenas de casos em que momentos de complacência são seguidos de apertos posteriores. No Brasil, nas décadas de 1960 a 1990, alguns episódios ilustram o ponto. A atual curva de juros mostra que

o mercado antecipa novas reduções na taxa básica de juros, mas que a mesma deve subir a partir do ano que vem e, este ano, as projeções de crescimento do PIB caíram e as da inflação subiram. São números que mostram o efeito oposto ao objetivado pelos condutores da economia.

Diminuir as taxas deveria ser um dos objetivos mais importantes da política econômica brasileira. Seus efeitos são perniciosos, concentram a riqueza, encarecem o crédito, postergam investimentos e desestimulam o crescimento. São centenas de bilhões de reais jogados fora com juros altos. Todavia, é um fato comprovado na economia que uma taxa de juros muito abaixo do nível de equilíbrio tem o mesmo efeito de uma acima do patamar neutro, restringe o potencial de crescimento da economia. Reduzir demais é economizar um pouco no presente, para desperdiçar muito mais à frente.

Com uma dinâmica fiscal parecida com a de outros países, o valor dos juros é várias vezes mais alto aqui. O custo do crédito, apesar da sofisticação do sistema, é o segundo maior do planeta. Sua redução traria mais crescimento, estabilidade e lucros mais sólidos e duradouros para os bancos.

O foco das ações para baixar os juros deveria ser um conjunto de medidas para reduzir a taxa neutra. Uma poderia ser a remoção do entulho inflacionário do sistema financeiro. Um exemplo, aumentar o prazo para creditar rendimentos da poupança – o mesmo foi diminuído para a cada trinta dias na época de inflação alta, para preservar o patrimônio do pequeno poupador; atualmente, seu efeito é perverso, estimulando gas-

tos com juros altos. Tornando-o trimestral, ou semestral, motivaria a postergação das decisões de consumo, aumentando a potência da política monetária.

Falta ao país uma política de juros consistente com a nova dinâmica econômica e os novos tempos, de baixar os juros de maneira definitiva, que incluía uma política de crédito mais sensível ao custo de captação dos bancos e menos condicionada à liquidez do mercado, à redução da cunha de intermediação, à melhoria do quadro institucional, à eliminação dos créditos tabelados e a mais transparência na gestão da política monetária. Anunciar que a meta é 4,5% e praticar 6,5%, sem um choque de oferta, gera incertezas desnecessárias que pressionam os juros de prazos mais longos.

Outra política com o resultado sabido é a de incentivar o consumo interno numa economia aberta. Não dá certo. O que acontece é um aumento nas importações de bens de consumo e uma pressão nos custos dos serviços, com um resultado pífio na atividade econômica e efeitos indesejáveis na balança comercial e na inflação. O Brasil não é mais uma economia fechada, são outros tempos. Em vez de estimular a demanda, a prescrição, numa economia aberta, é fomentar a oferta, a produção.

Há uma obsolescência nas normas para produzir, gerando dezenas de milhares de empregos para burocratas, advogados, contadores e despachantes. São custos que tiram a competitividade do país. No ranking empresarial do Banco Mundial, divulgado esta semana, o Brasil caiu seis posições e está em 126º lugar. A melhor ginga do mundo tem que conviver com uma

das piores burocracias.

O desenvolvimentismo tem um nome lindo, teve sua importância na metade do século passado, mas não serve mais para o Brasil do século XXI. Propõe obras públicas, que há cinquenta anos atrás geravam empregos e atualmente aumentam a importação de máquinas pesadas. Culpa o resto do mundo pelos problemas internos, com isso consegue Ibope, mas não crescimento.

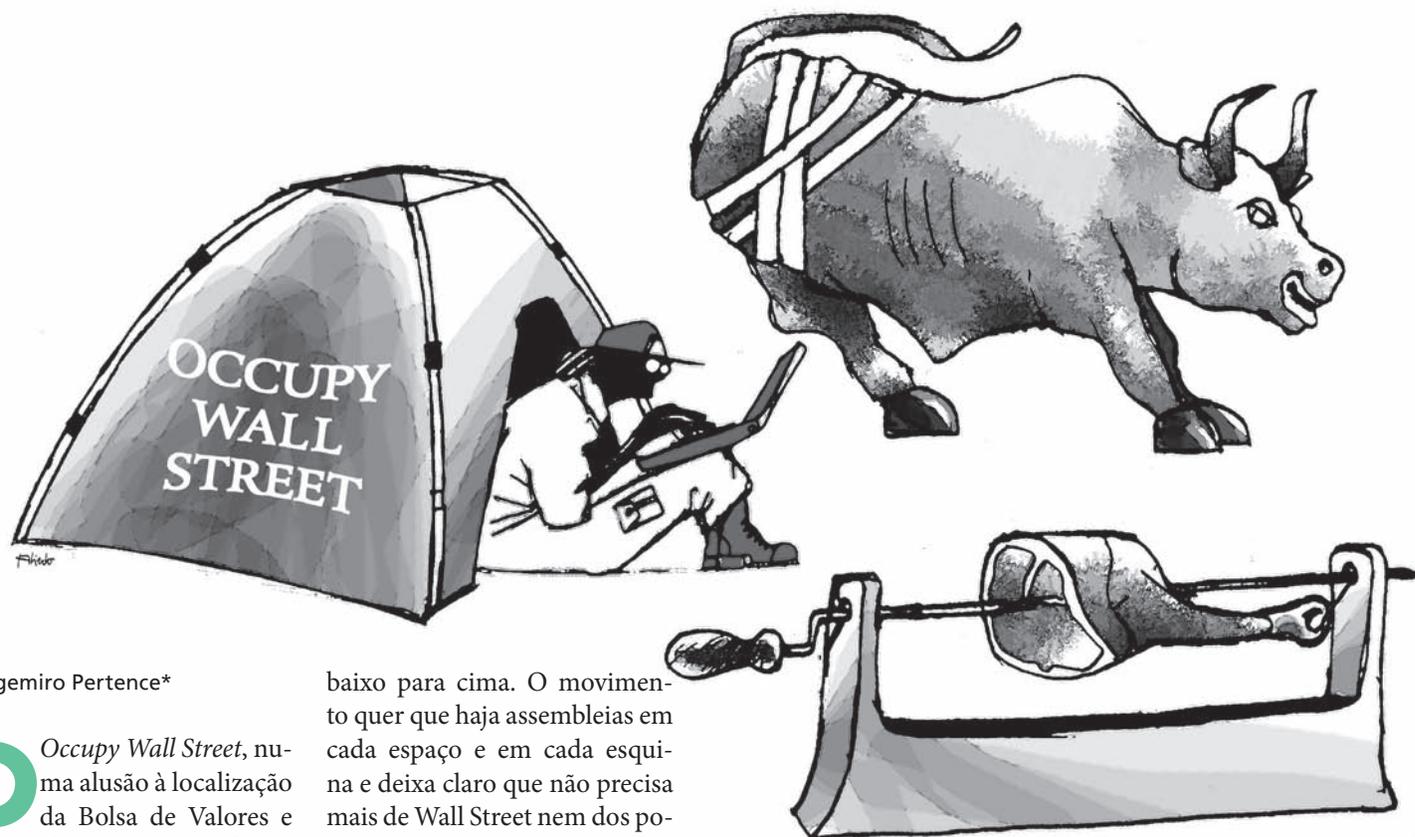
Não é um quadro que alarma, mas exige mudanças. O Brasil tem um potencial formidável, sua condução econômica é determinada e tem realizado ações positivas, entretanto está preso a uma concepção anacrônica da economia. Ajustes são mandatórios. Em política monetária a prescrição é clara: eliminar distorções, como ter quase metade do crédito imune às variações da taxa Selic, ativos pós-fixados, compulsórios draconianos e a tributação do crédito.

Uma política fiscal mais racional é premente. No câmbio deve-se: aumentar a demanda interna por divisas, liberando contas em moeda estrangeira; abandonar a política de comprar dólares, que é comprovadamente perversa; minorar os efeitos da valorização com a criação do PAI; e fazer adaptações para melhorar a qualidade dos recursos que entram no país.

Atualmente, vive-se um momento bom, há um potencial a ser usufruído. Não se deve desperdiçar riquezas. É hora de adequar a política econômica, o país não pode ficar refém de uma visão ultrapassada.

\*Roberto Luis Troster é consultor e doutor em Economia pela USP e foi economista chefe da Febraban e da ABBC e professor da PUC-SP, USP e Mackenzie. E-mail: robertotroster@uol.com.br

# Occupy Wall Street - uma luz no fim do túnel?



■ Argemiro Pertence\*

**O**ccupy Wall Street, numa alusão à localização da Bolsa de Valores e das grandes instituições financeiras em Nova York, é um movimento de resistência sem lideranças que reúne pessoas de todas as raças, gêneros e convicções políticas. O único aspecto que há em comum entre as pessoas que dele participam é que elas se consideram “os 99%” que não vão mais tolerar os abusos e a corrupção dos que se enquadram no 1% restante. O movimento está usando as táticas revolucionárias da vitoriosa Primavera Árabe, no Egito e na Tunísia, para alcançar seus objetivos e para encorajar o uso de práticas de não-violência para aumentar a segurança de todos os participantes.

O movimento visa transferir o poder ao povo para possibilitar uma verdadeira mudança de

baixo para cima. O movimento quer que haja assembleias em cada espaço e em cada esquina e deixa claro que não precisa mais de Wall Street nem dos políticos para construir uma sociedade melhor.

Este movimento surgiu em Nova York no dia 17 de setembro deste ano. A partir de então, em dezenas de outras cidades dos EUA formaram-se movimentos similares. É notável saber que as informações divulgadas pela internet – especialmente pelo Twitter e Facebook – foram utilizadas para convocar e motivar as pessoas para a ação e conservá-las informadas sobre os acontecimentos. Na página do movimento ([occupywallst.org/](http://occupywallst.org/)) há sempre informações atualizadas sobre as mobilizações e um *chat* onde se percebe o entusiasmo dos participantes.

Com base nas teses do movimento, é possível perceber que

seu ponto central tem foco na relação promíscua entre o capitalismo financeiro e o poder político. O capitalismo financeiro depende da política para que quadros de confiança do sistema financeiro ocupem cargos de influência em posições no governo e determinem diretrizes políticas que favoreçam seus mentores, além de outras vantagens, como a redução da carga tributária sobre as operações do sistema financeiro. Para ilustrar esta situação, vale citar dados do insuspeito Banco Mundial: nos EUA, a relação entre a receita tributária e o PIB era, em 2006, de 12%. Em 2010, esta mesma relação caiu para 9%. Deve-se acrescentar que esta redução tributária beneficiou prioritariamente a renda e o patrimô-

nio dos 5% mais ricos e o lucro das grandes empresas.

Por seu turno, os políticos dependem inicialmente do capitalismo financeiro para financiar suas campanhas eleitorais. Uma vez eleitos, os políticos precisam apresentar, ao longo de sua gestão, uma imagem aceitável perante a opinião pública. Nesta nova etapa, os políticos prosseguem dependendo do capitalismo financeiro, em virtude do controle que este exerce sobre a grande mídia. Foi-se o tempo em que os grandes meios de comunicação dependiam em grande parte da venda aos leitores. Já faz algum tempo que quem sustenta os maiores veículos de comunicação é a publicidade paga por

bancos e grandes empresas cujo capital é controlado por estes.

Esta é a relação promíscua entre políticos e banqueiros que sujeita uma sociedade a seus iníquos propósitos. Em linha direta com este quadro, quanto maior a dimensão do capitalismo financeiro em uma sociedade, maior o seu controle sobre a política, conduzindo a uma situação cada vez maior de descaso social.

Nada mais natural, então, que a perda de espaço do movimento Ocupar Wall Street na mídia tradicional. A iniciativa popular tornada possível por força das chamadas redes sociais disponíveis na internet e que há algumas semanas atrás ocupava alguns espaços nos grandes meios de comunicação em escala planetária, hoje já quase não é citada, muito embora as ocupações sejam crescentes, suas teses encontrem cada vez mais adeptos e suas propostas sejam cada vez mais aceitas.

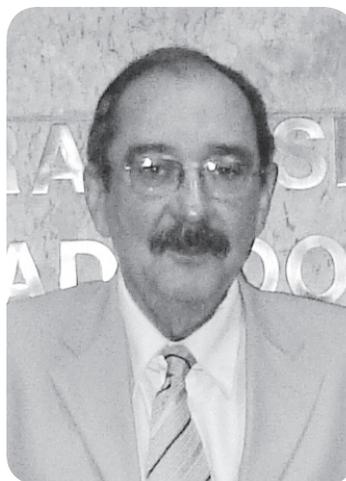
Razões para isto não faltam: a chamada “grande mídia” não pode dar destaque a uma relevante realidade organizada e tornada conhecida por meios de comunicação alternativos e que ameaçam sua hegemonia. Como clientes da mídia tradicional, aos governos de países afetados pela crise atual não interessa a divulgação de seu desinteresse no manejo do interesse público. Ao setor financeiro, grande patrocinador deste tipo de mídia convencional, interessa que o movimento seja amordaçado para que possa prosseguir impunemente em sua cruzada de saque e agiotagem contra pessoas, empresas e governos.

Fora dos EUA também encontramos resistência à promiscuidade da ação do sistema financeiro nas suas relações com os governos em países da Europa Ocidental, membros da

União Europeia. Fato comum a todos esses países tem sido o descontrole das contas públicas, a falta de investimento e o deslocamento de empresas industriais para países da periferia do capitalismo, atraídas pelo menor custo da mão-de-obra e por incentivos fiscais. Dentre esses países estão Itália, Espanha, Irlanda, Portugal e Grécia. A consequência desse quadro nos países citados é o desemprego e o risco de calote para os credores.

Embora a Grécia seja hoje o foco das atenções da imprensa convencional, o panorama grego é apenas o mais emblemático exemplo de um sistema notoriamente falido. O que há de comum entre as situações italiana, espanhola, irlandesa, portuguesa, grega e norte-americana é que, em cada um desses casos, os responsáveis eleitos para cuidar da gestão dos recursos públicos nessas sociedades, aplicando-os em programas para o benefício da população, falharam redondamente. Em lugar disto, optaram por seguir caminhos tortuosos em que foram toleradas ou mesmo incentivadas a corrupção, o endividamento descontrolado, a má aplicação de recursos, a falta de transparência, os gastos militares em guerras desnecessárias e o favorecimento da financeirização da sociedade e do Estado em detrimento do investimento social.

Recentemente, foram substituídos os governos da Grécia e da Itália como se esta medida resultasse na solução do problema. Embora esta medida tenha o apoio dos caciques da Zona do Euro, os novos governos terão de aplicar os chamados “planos de austeridade” que incluem aumento da carga tributária, redução de salários e benefícios no setor público, demissão de funcionários públicos e corte nos



programas sociais. Essas medidas visam gerar um saldo nas contas públicas a ser empregado no pagamento da dívida. É muito pouco provável que este receituário permita alcançar o objetivo proposto.

Este quadro de decadência atingiu em nossos dias contornos dramáticos, resultando em desemprego, empobrecimento, desamparo social e aumento da violência, mesmo nos países do núcleo do sistema. A situação aqui descrita retrata com fidelidade um slogan que aparece em um cartaz muito mostrado nas fotos que aparecem na página do *Occupy Wall Street*: “o capitalismo não está funcionando”. O capitalismo é o sistema elaborado para que haja a acumulação que vai tornar possível mais acumulação, ou seja, algo profundamente monótono e sem nexos. Ocorre que, de uns tempos para cá, é cada vez menor o número dos que estão acumulando, o que é facilmente previsível a partir da própria dinâmica do sistema.

Não é à toa que o movimento nos EUA se refere a seus membros como sendo “os 99%” em contraponto ao 1% mais rico nos EUA. É necessário citar os EUA por ser este o país em que o movimento é mais significativo, o melhor exemplo da aplicação do capitalismo puramente financeiro

ro e um dos mais afetados pela crise capitalista vivida hoje. Outra questão-chave no posicionamento do movimento *Occupy Wall Street* tem a ver com a crescente desigualdade na distribuição da renda e com o aumento do desemprego nos EUA.

Um dado a preocupar os apoiadores do movimento no mundo inteiro é o fato de que os americanos não têm uma grande tradição em realizar grandes movimentos de massa de cunho político. Nos últimos cerca de 100 anos, os EUA foram o país líder do capitalismo e seu povo foi o grande beneficiário do sistema. É claro que a atual situação é nova, mesmo para os americanos. Este novo fator pode ser o grande impulsionador de uma mudança de atitude do povo americano.

Outro dado que justifica alguma apreensão é que apesar de toda a euforia com que o movimento é visto – e merece ser visto – é preciso levantar questões relativas à estratégia e ao futuro do movimento. O movimento *Occupy Wall Street* sabe o que não quer. Todavia, é necessário saber de que modo o movimento planeja transferir pacificamente o poder para o povo, tendo em conta o poder do atual capitalismo financeiro e sua proximidade do poder. O simples fato de se admitir que o capitalismo não está funcionando exige que um caminho para a implantação de uma alternativa viável para sua substituição seja proposto. O caminho para esta alternativa ainda não está claro.

\* Argemiro Pertence é engenheiro mecânico, ex-empregado da Petrobrás, ex-dirigente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, autor do livro *A energia nossa de cada dia*, autor de matérias para diferentes publicações e sites na internet e comentarista internacional do Programa Faixa Livre, da Rádio Band AM, 1360 kHz, Rio de Janeiro.

# China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado

■ Armen Mamigonian\*

Em 1997, quando tinha 22 anos, Elias Jabbour apresentou *China, capitalismo e socialismo de mercado: potência do século XXI* como Trabalho Individual de Graduação (TGI) em Geografia na USP. Seu interesse pelo gigante asiático continuou até hoje, tendo se expressado em três viagens àquele país visando à preparação de mestrado (*China: infraestruturas e crescimento econômico*) e de doutorado (*Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje*).

Em 1997, dominava no Brasil e no Ocidente em geral o Consenso de Washington, isto é, a ofensiva neoliberal do imperialismo, da destruição dos Estados Nacionais na América Latina e na África, enquanto na Ásia os projetos nacionais de orientação socialista ou capitalista travavam, em comum, lutas anticolonialistas. Logo depois, na época do seu mestrado, o “milagre” chinês ocupava o centro das atenções: economistas ocidentais de centro, esquerda e direita estavam unanimemente deslumbrados com a China, enquanto os sociólogos, também unânimes, clamavam contra o horror da “exploração sanguinária dos trabalhadores”. O viés simplista de economistas e sociólogos mudou após a crise financeira do centro do sistema capitalista (2008), e assim o doutorado de Elias Jabbour veio em boa hora, visando decifrar este “enigma” de bom tamanho, já que muitos marxistas ocidentais consideram que a China é na melhor das hipóteses capitalismo de Estado e na pior sim-

plesmente neoliberal, e poucos a analisam como socialista.

O cerne do enigma, como assinala Elias Jabbour, chama-se Partido Comunista Chinês – o “moderno Príncipe”, na feliz expressão de Gramsci, que foi capaz de conduzir o gigante asiático à revolução camponesa vitoriosa, sob a liderança de Mao; que foi capaz de conduzi-lo à modernização acelerada e à inserção vitoriosa na economia mundial (Deng); e que provavelmente se tornará o condutor de toda a humanidade para a transição pacífica do capitalismo ao socialismo, cujos primeiros sinais começam a se tornar visíveis.

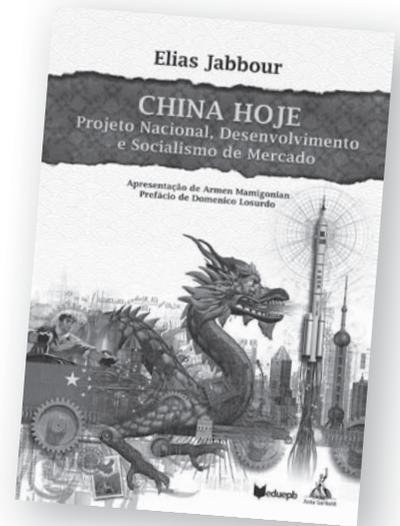
Deve-se dizer que o irracionalismo do sistema capitalista se intensificou no período depressivo do ciclo longo (Kondratieff) iniciado com a crise do petróleo de 1973-74, dando origem a figuras como Reagan, Thatcher, Bush e outros e estimulando os pensadores ocidentais a se distanciarem deliberadamente do pensamento iluminista e enveredarem em formas grosseiras de irracionalismo (triunfalismos, catastrofismos, feitiçarias, etc.).

Como se sabe, *O Capital* de Marx só foi traduzido, enquanto ele vivia, para o russo (1872) e para o francês (1875), o que quer dizer que o mundo anglo-saxão (Inglaterra e EUA) estava imune ao fantasma do comunismo, mas não a Rússia. Enquanto a edição alemã (1867) de mil exemplares levou quatro anos para se esgotar, coisa semelhante com a edição francesa, a edição russa de três mil exemplares se esgotou em um ano (F. Wheen). O marxismo estava migrando para o Oriente e demorou, assim mesmo, para chegar à China (1920), mas chegou de maneira explo-

siva, pois a vitória da revolução soviética conjugada aos vexames do Tratado de Versalhes impostos ao país levaram à criação do PC Chinês, o que significou a importação do Ocidente das ideias mais avançadas da época. Mesmo com um proletariado insignificante, o Partido chegou ao poder em 1949.

Sem um proletariado urbano numeroso, o Partido Comunista desempenhou um papel proletário e anti-imperialista, assumindo tarefas da revolução burguesa e da revolução socialista: reforma agrária antifeudal e criação da burguesia nacional, até então insignificante, “fabricando fabricantes” e criando ao mesmo tempo um proletariado urbano cada dia mais numeroso e um Estado socialista poderoso (sistema financeiro gigantesco, mais de cem conglomerados industriais, planejamento da produção e do comércio exterior, etc.).

O Partido Comunista Chinês tem desempenhado de maneira competente o papel de moderno Príncipe, acertando mais do que errando: 1) na substituição da orientação soviética pela orientação maoísta na condução da Revolução Chinesa (1935); 2) na superação do cerco capitalista, como resultado da aproximação com os EUA (1972); 3) reformulando a questão camponesa, com a política de arrendamento das terras e garantia de preços mínimos (1978), superando os erros da coletivização maoísta; 4) desburocratizando as empresas estatais e aumentando a eficiência empresarial (1995); 5) instituindo eleições diretas nas aldeias, com centenas de milhões de chineses, e implantando o sistema de gerações de dirigentes em período máximo de



JABBOUR, Elias. *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*. Editora Anita Garibaldi e Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Lançamento previsto para janeiro de 2012. Conterá 371 páginas.

10 anos; e 6) estabelecendo prioridades políticas em cada plano quinquenal, como o reforço do consumo interno, no atual plano recém-aprovado.

Estas e outras questões importantes, como o problema da economia camponesa, o papel fundamental dos bancos no alavancamento das empresas estatais e privadas (Lenovo, que adquiriu um setor da IBM, por exemplo), da agricultura, do comércio exterior, etc. são tratadas de maneira apaixonada e com muito cuidado por Elias Jabbour, tornando seu livro (tese de doutorado) leitura obrigatória sobre a China, como já havia sido sua dissertação de mestrado.

\* Armen Mamigonian é professor livre-docente da FFLCH-USP

## Prêmio de Monografia

O JE dá continuidade à publicação de resumos dos textos vencedores do 21º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Bárbara Maciel Costa, graduada pela Universidade Católica de Petrópolis, foi o segundo colocado no concurso.

# O Programa Bolsa Família e os seus efeitos para as políticas sociais no Brasil

■ Bárbara Maciel Costa<sup>1</sup>

**O** Brasil, apesar de estar entre os países mais ricos do mundo, ainda enfrenta graves problemas, como a pobreza e a má distribuição de renda. Devido à urgência em discutir os temas da pobreza e da desigualdade, é necessário estudar as políticas adotadas pelo governo para solucionar essas questões.

A monografia apresenta um estudo sobre o Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal que tem como público-alvo as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. O grande alcance do programa foi a motivação para o trabalho, que tem como principal objetivo investigar, por meio de revisão bibliográfica, o nível de focalização do programa, a forma como as transferências interferem no consumo das famílias, seu impacto na ocupação de seus beneficiários, se o programa contribui efetivamente para a superação da vulnerabilidade à pobreza e também sua contribuição para reduzir a pobreza e a desigualdade no país.

O trabalho está estruturado em três partes. O primeiro capítulo, intitulado “Aspectos teóricos”, apresenta alguns conceitos importantes para a compreensão dos demais capítulos, como



por exemplo, pobreza relativa, pobreza absoluta, desigualdade e Índice de Gini. O segundo capítulo, “Pobreza e desigualdade: um desafio para o Brasil”, começa apresentando o grave quadro de desigualdade brasileiro e indica possíveis caminhos para solucionar o problema, tais como a educação, políticas anti-pobreza e assistência às famílias que vivem em situação de pobreza, especialmente àquelas com crianças, pois nessa fase, além da insuficiência de renda, enfrenta-se o problema da fragilidade física e a total dependência dos adultos da família. Nesse capítulo também é apresentado o contexto a partir do qual surge o Programa Bolsa Família (PBF), além de se começar a discutir alguns aspectos do programa. No último capítulo, “Os resultados do Programa Bolsa Família”, alguns resultados do programa relativos

à educação, ao mercado de trabalho, à segurança alimentar, à pobreza e à desigualdade são apresentados.

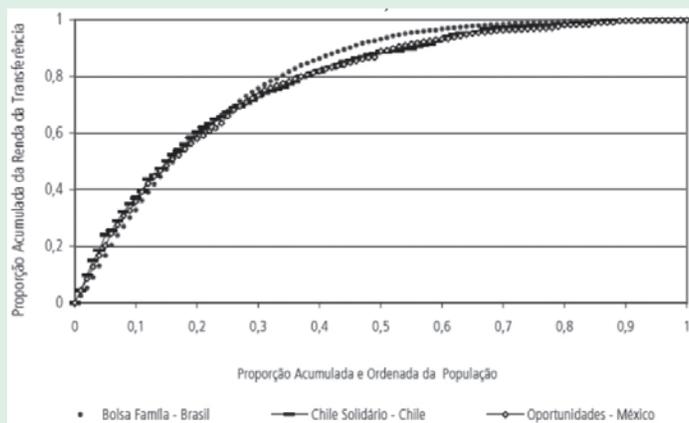
Lançado em outubro de 2003, o PBF tem como raiz várias iniciativas de transferência de renda do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás. Um diferencial do PBF em relação aos programas anteriores é que ele é uma transferência de renda condicionada, ou seja, para recebê-lo as famílias devem cumprir uma série de exigências. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), essas condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público, pois enquanto as famílias devem cumprir com esses compromissos para continuar recebendo o benefício, o governo deve responsabilizar-se por ofertar serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Algumas das exigências do programa são o acompanhamento do cartão de vacinação e o desenvolvimento de crianças menores de 7 anos, acompanhamento da saúde das mães e matrícula e frequência escolar mensal mínima (entre 75% e 85%, de acordo com a idade da criança) para crianças em idade escolar.

Ressalta-se que um dos aspectos positivos do programa é que ele apresenta um custo re-

lativamente baixo para o orçamento da União (menos de 0,5% do PIB) e atende a um total da população apenas inferior ao total atendido pelo SUS, pela educação e pela previdência social. Comparado a programas internacionais do Chile e do México, o nível de focalização do programa é bem semelhante, conforme indica o gráfico 1. Apesar de existirem famílias com renda per capita superior à estabelecida pelo programa recebendo o benefício, estas se encontram próximas à linha de pobreza, diferente do que ocorre nos programas de transferência de renda de outros países, onde ocorre vazamento de benefícios para parcelas mais ricas da população.

O programa também apresenta bons resultados em relação à sua condicionalidade à educação das crianças das famílias assistidas. Transferências de renda como o PBF contribuem para combater os custos diretos (compra de material, uniforme, etc.) e o trabalho infantil, principais fatores que dificultam o acesso à escola. O aumento do número de matrículas, a redução da evasão escolar, os maiores percentuais de aprovados em escolas de ensino fundamental e o aumento da frequência escolar são alguns resultados observados. Existe a possibilidade de o programa continuar atendendo às famílias até que os jo-

**Gráfico 1: Curvas de incidência da renda dos benefícios dos programas de transferência condicionada de renda do Chile, Brasil e México.**

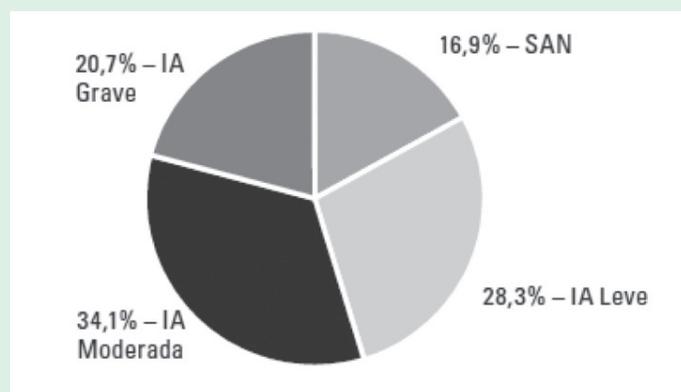


vens concluem o ensino médio e posteriormente sejam incluídos em políticas públicas para inserção no mercado de trabalho. Essa extensão do benefício até a conclusão do ensino médio é defendida pelo economista Marcelo Neri (FGV), que acredita que incentivar o estudo e a capacitação das crianças e jovens é mais importante do que adotar políticas que promovam sua entrada de forma precoce no mercado de trabalho. No entanto, o programa não exige o governo de adotar bo-

as políticas educacionais, tendo em vista que, apesar de apresentar impactos positivos nesse aspecto, ele não é, na verdade, nenhum substituto para as políticas na área da educação. Portanto, é essencial que o governo realize investimentos na qualidade do ensino público, de forma a possibilitar a interrupção da transmissão de pobreza entre as gerações, uma das grandes causas da permanência da pobreza no Brasil.

Outra questão importante abordada no trabalho é o

**Gráfico 2: Classificação das famílias que recebem o PBF de acordo com a EBIA**



Onde:  
IA Grave – Insegurança Alimentar Grave  
IA Moderada – Insegurança Alimentar Moderada  
IA Leve – Insegurança Alimentar Leve  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

impacto do programa sobre a oferta de trabalho, o que levou à constatação de que os seus efeitos negativos nesse aspecto são insignificantes. Existe um efeito de redução maior no caso das mulheres, o que não chega a ser considerado negativo, pois, na maioria dos casos, a redução seria por abandono de subempregos, dando a elas mais tempo para se dedicarem à educação dos filhos.

O PBF contribuiu positivamente para a redução da desigualdade devido à sua progressividade e à sua focalização. De acordo com os estudos apresentados, as transferências de renda contribuíram com 1/3 da queda da desigualdade e o PBF com 20% desta redução. Foi constatado que o programa também apresenta limitações. Uma delas é o fato de que o programa não atende a toda população à qual está destinado. O PBF já atende aproximadamente 12 milhões de famílias, mas é preciso que chegue a 15 milhões. Outra questão é que, apesar da redução da desigualdade nos períodos estudados, a má distribuição de renda ainda é um grave problema brasileiro, pois o 1% dos mais ricos e os 50% dos mais pobres se apropriam praticamente da mesma parcela da renda total.

Outro resultado que não chega a ser satisfatório é o efeito do programa na segurança alimentar das famílias beneficiadas. Apesar de as famílias destinarem os recursos recebidos do programa principalmente para a compra de alimentos, grande parte dos seus beneficiários ainda se encontra em situação de insegurança alimentar (aproximadamente 20% dos beneficiários estão em situação de insegurança alimentar grave), conforme indicado no gráfico

2. Tal fato sinaliza para a necessidade do programa ser combinado a outras políticas que ataquem a raiz do problema, tais como o saneamento básico e o acesso ao mercado de trabalho formal, fatores que têm impacto significativo sobre a situação nutricional dos mais pobres.

Finalmente, o último ponto apresentado no trabalho é o desafio de se classificar o programa no universo de políticas sociais, a fim de que seja possível definir o seu futuro. Para alguns autores o programa não tem uma meta bem definida. Entretanto, segundo Eduardo Suplicy, o programa pode ser visto como o início da implantação da Renda Básica de Cidadania no Brasil (lei sancionada pelo presidente Lula em janeiro de 2004), começando a partir da população mais pobre.

O Bolsa Família é um programa de orçamento definido. Isso significa que, quando o programa esgota seu orçamento, ninguém mais pode passar a receber o benefício. O programa não é um direito. No entanto, se a Renda Básica de Cidadania será aos poucos implementada no Brasil, o PBF realmente pode ser visto como o primeiro passo dado nessa direção porque ele está focalizado na população mais necessitada.

Dado que o trabalho foi concluído em setembro de 2010, é possível que, desde então, novas informações acerca dos resultados do programa estejam disponíveis. Fica a sugestão para que futuros trabalhos continuem a investigar essa política que, se conduzida corretamente, pode ser uma grande aliada para o combate à desigualdade no Brasil.

1 Bárbara Maciel Costa é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Petrópolis.

# A morte da cultura

*“Sem a cultura, e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro.” – Albert Camus*

A cultura é comumente associada à ideia de entretenimento, como se fosse um produto a ser precificado. Mas na realidade, ela representa algo muito mais amplo: a identidade de um povo.

Dada sua relevância e a fim de fomentar a discussão sobre o tema, que nem sempre ganha destaque quando se trata de orçamento público, o FPO promoveu o debate “A morte da cultura”, moderado pelo Conselheiro Paulo Passarinho e com a presença do Procurador da República Maurício Andreiuolo, da Prof<sup>a</sup>. Claudete Félix (Centro de Teatro do Oprimido) e do Economista Felipe Ribeiro (Funarte).

Disponibilizaremos a nossa reflexão sobre o debate, bem como os dados orçamentários municipais e estaduais referentes à cultura.

## A cultura no orçamento

Os números dessa área de atuação governamental nos últimos dez anos mostram que o seu peso dentro do orçamento total variou entre os patamares de 0,78% a 1,35% no município e de 0,2% a 0,35% no estado. Em termos brutos, ambas as esferas possuem gastos equivalentes, oscilando dentro de um intervalo de R\$ 100 a R\$ 200 milhões.

## O incentivo legal à cultura

A Lei federal 8313/1991, chamada de Rouanet, inspirou legislações semelhantes tanto no município (a Lei 1940/1992, que incide sobre o Imposto Sobre Serviços – ISS) quanto no Estado do Rio de Janeiro (Lei 1954/1992, que incide sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS). Tais legislações estimulam a produção cultural através do incentivo fiscal. O mecanismo pode ser resumido assim: o contribuinte pode determinar que parte do imposto devido seja aplicada em projetos culturais<sup>1</sup>.

Na esfera municipal, entre os anos de 2002 e 2011, a Lei 1940/1992 proporcionou R\$ 73 milhões em projetos culturais com 62% realizados. Em média, tais gastos representam 0,31% do total do ISS arrecadado. A exceção coube ao ano de 2003, quando foram arrecadados apenas 0,14%. O Gráfico 1 apresenta o histórico da execução orçamentária da ação referente a essa lei até outubro/2011 e o projetado para 2012.

No tocante às metas físicas, são cerca de 50 projetos beneficiados por ano, aproximadamente R\$ 158 mil por projeto.

Já no orçamento estadual não há uma ação específica referente à Lei sob análise, o que nos impossibilitou de fazer um histórico, logo nossos dados ficarão restritos ao exercício de 2011.

Até o 2º bimestre de 2011, foram 113 projetos aprovados, com um montante de R\$ 51,29 milhões destinados aos proje-

tos culturais, que somados aos R\$ 14,09 milhões da contrapartida obrigatória das empresas proporcionam uma média de R\$ 579 mil por projeto incentivado.

## Concentrações culturais

Algumas ações e dados merecem destaque por revelar como a política cultural está inserida na gestão governamental. É o caso da concentração espacial dos aparelhos municipais e uma possível política compensatória através das lonas culturais. Igualmente relevante é a concentração orçamentária nos aparelhos estaduais.

Cerca de 82% dos aparelhos culturais cariocas estão localizados nas áreas do Centro, Zona Sul e Tijuca. A proporção se inverte em termos populacionais, ou seja, cerca de 80% da população possui menos de 20% dos aparatos culturais.

Talvez essa realidade tenha motivado a criação do projeto Lonas Culturais para democratizar o acesso à cultura em regiões com menos equipamentos culturais. Existem dez lonas e a previsão para 2012 é a criação de mais uma lona na região de Santa Cruz e Campo Grande. O gasto médio de 2003 a 2010 foi de R\$2,94 milhões; já para 2011 e 2012 o valor previsto sobe significativamente e alcança R\$10,1 milhões.

Outra concentração observada é a diferença entre os orçamentos da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do RJ (Funarj) e o Teatro Municipal. Enquanto a primeira é responsável por diversos museus, teatros

e escolas (teatros João Caetano e Gláucio Gill, Escola de Música Villa-Lobos, Sala Cecília Meireles, etc.) e tem seu orçamento médio de 2002 a 2011 com R\$ 26,7 milhões, o Teatro Municipal despende quase o dobro, 87% maior em média.

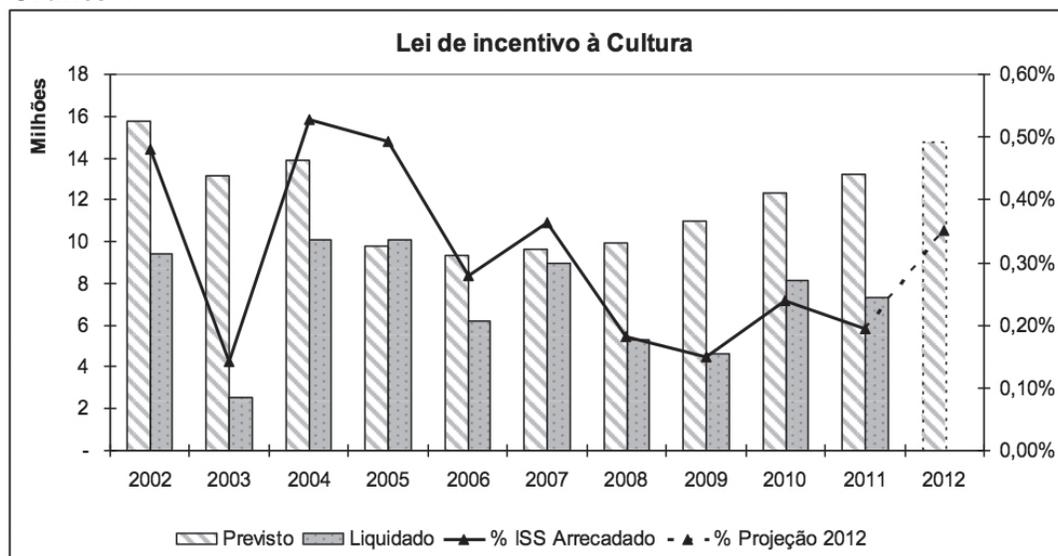
## Debate: A morte da cultura

A apresentação dos convidados foi iniciada por Andreiuolo, que abordou a dimensão jurídica da política cultural. Fundamentado na Lei Maior (Art. 216), que define o patrimônio cultural, Andreiuolo, através de dois testemunhos, explicitou a dificuldade em se proteger esse patrimônio através do Poder Judiciário.

No primeiro caso, foi descrita a petição de indenização referente a danos à “imagem do carioca” causados por arrastões nas praias nos anos 1990. Embora a petição responsabilizasse o Estado pela falta de segurança das orlas, o juiz a indeferiu por não considerar o “carioca” como patrimônio cultural.

Já o segundo testemunho, Andreiuolo apresenta a interpretação equivocada da magistratura frente à “reforma” do Maracanã, pois o seu tombamento como patrimônio cultural não foi suficiente para impedir a sua virtual demolição e descaracterização. Pois o juiz responsável não conseguiu enxergar a inter-relação entre a arquitetura do estádio, o modo carioca de torcer e a sua importância cultural para a cidade e país.

Andreiuolo considera a mediação, a interlocução com movimentos sociais e o controle

Gráfico 1<sup>2</sup>

\* Valores Parciais até Outubro/2011. Fonte: Prestações de Conta 2002-2010, FINCON Outubro/2011 e PLOA 2012.

## Considerações finais

O debate não chegou a um ponto de convergência, não pela falta de coesão entre as ideias apresentadas, mas devido aos diferentes caminhos que a discussão do tema cultura nos possibilita a chegar. É uma área de atuação complexa e as “soluções” envolvem vários aspectos. Se por um lado, arte, cultura e entretenimento são conceitos de difícil consenso, por outro, a incidência governamental deve ser abrangente e diversa para fomentar e contemplar toda manifestação passível de ser classificada como tal. Todavia, a atuação dos governos deve estar sempre atenta a coibir favorecimentos, dirigismos e privilégios a quem quer que seja.

Assim, cabe discutir os efeitos da Lei Rouanet e de suas correspondentes estadual e municipal por “privatizar” o poder de escolha de qual projeto cultural deve ser beneficiado. O caráter público do papel do Estado deve ser resgatado, inclusive na área cultural.

1 No estado, além do valor correspondente ao benefício fiscal, a empresa incentivada deverá contribuir com recursos próprios no mínimo 20% do imposto aplicado.

2 Todos os valores monetários apresentados nesta matéria foram corrigidos pelo IPCA de set/2011.

social do orçamento como atividades fundamentais para a sensibilização das decisões judiciais vis-à-vis o despreparo do Poder Judiciário em relação ao fomento e à tutela cultural.

Claudete destacou o pensamento do dramaturgo Augusto Boal (1931-2009), aqui livremente interpretado: *Cultura é como fazemos e o que fazemos, ou seja, é como nos expressamos naturalmente, por que então necessitamos de incentivo à cultura? Ora, a cultura deve fluir espontaneamente com apoio financeiro público sim, para que sempre se desenvolva.* Porém, Boal diferenciava arte de cultura: a arte é uma expressão cultural, mas a cultura não é, necessariamente, uma expressão artística.

A partir desse entendimento, o Centro de Teatro do Oprimi-

do do Rio de Janeiro, referência mundial da metodologia de Boal, considera os 25 mil Pontos de Cultura (Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura) uma ação governamental próxima à efervescência cultural latente do povo. Afinal, todo ser humano é produtor de cultura.

Daí a indignação de Boal, magistralmente expressa no texto-referência deste debate (“O suicídio do artista”, disponível integralmente em nossa página virtual), perante as leis de incentivo, por permitir que os financiamentos públicos às manifestações culturais sejam definidos pelo marketing das empresas. O verdadeiro apoio à sobrevivência da cultura acontece quando o processo decisório se pauta pelo interesse público.

Já Ribeiro (Funarte) enfati-

zou a relação entre cultura e orçamento, relacionando-a ao papel do Estado e aos diversos mecanismos de investimento existentes. Didaticamente foram ressaltadas duas formas: a direta, quando o poder público faz uma aplicação de seus recursos, e a indireta, pelo incentivo fiscal.

Ribeiro frisou que o montante do orçamento destinado à cultura é uma decisão eminentemente política, assim como o próprio conceito de cultura. Para o economista, este conceito se transforma ao longo dos anos, ou seja, a visão do conceito de cultura é ditada pelo direcionamento dado à gestão pública. Nos últimos anos, houve uma ampliação do conceito para além da visão mercadológica ao incorporar o simbólico e o antropológico, finalizou.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram: Cons. Paulo Passarinho, Proc. MPF Maurício Andreiuolo, Prof.<sup>a</sup> Claudete Félix (Centro do Teatro do Oprimido), Econ. Felipe Ribeiro (FUNARTE) e Est. Thiago Barbosa.

### FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Júlia Bustamante, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araujo. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

# O Corecon-RJ parabeniza os alunos aprovados prova da Anpec em 2010



Bruno Azevedo de Macedo



Caio Veras Serejo



Celso Eugenio Breta Fontes



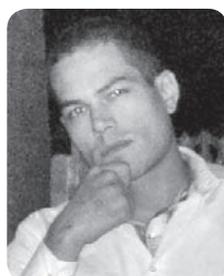
Leticia Klotz Silva



Luiz Antonio Casemiro



Marcelo do Amaral Ferreira



Mauro Schaufert de Menezes



Pedro Henrique de A. Pontes



Pedro Henrique de C. Simões



Ricardo Alexandre da Silva



Vanessa de Lima Avanci

## Agenda de cursos

**Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2012** - Fevereiro a setembro. Descontos especiais para pagamentos à vista em dezembro. Veja no site os prazos de inscrição para bolsa de monitoria

**Avaliação de negócios e tomada de decisão - modelos em Excel** - 9 de janeiro a 1º de fevereiro. Professor Eduardo de Sá Fortes

**Contabilidade ambiental** - 19, 20, 23, 24, 25, 26 e 27 de janeiro. Professora Claudia Lucia Bisaggio Soares

**Economia Industrial e Concorrência no Brasil: teoria e aplicações para o caso brasileiro** - 29 de fevereiro a 2 de maio. Professora Marina Moreira da Gama

Informações: [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)

## Resultado da seleção de professores para os cursos do Corecon-RJ (Seleção Simplificada n. 1/2011)

Alessandra Scalioni Brito  
Ana Cristina Reif de Paula  
André Gaglianone de Araújo Kasprzykowski  
André Luis Nogueira de Oliveira  
Andrea Sampaio Vianna  
Arthur Rezende Pinto  
Attilio Guaspari  
Carla Cortes Annechini  
Carlos Maximiliano do Rêgo Monteiro  
Carlos Octávio Ocké-Reis  
Carlos Renato Lima  
Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó  
Claudia Lucia Bisaggio Soares  
Délio José Cordeiro Galvão

Dulce Corrêa Monteiro Filha  
Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues  
Eduardo Strube Lima  
Elvio Valente  
Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima  
Ian Ramalho Guerriero  
Iraci Matos Vasconcelos  
Isaac Benjó  
Jesús Domech More  
Jorge Claudio Cavalcante de Lima  
Leonardo Faccini Tavares Bastos  
Marcelo Marinho Simas  
Marco Antonio Freire Allemão  
Marco Antonio Rodrigues Larrate

Maria Margarete da Rocha Mohelský  
Marina Moreira da Gama  
Natália Gonçalves de Moraes  
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho  
Raquel Nadal Cesar Gonçalves  
Renan Pinheiro Silvério  
Rodrigo da Silva Faria  
Ronaldo Fiani  
Roque Dirceo Licks  
Tabi Tuhler  
Taiana Catharino do Carmo  
Thiago de Moares Moreira  
Victor Pina Dias